



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI**  
**Secretaria Municipal de Proteção Social e do Trabalho**



**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 2026.04.09.01/DE**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.02.02.02/DE**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI/CE**, inscrita no CNPJ Nº 07.655.269/0001-55, com sede à Av. Senhor Martins, s/nº, Bela Vista, Mauriti/CE, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO**, unidade administrativa demandante do presente processo, ao qual será conduzido pelo Agente de Contratação/Pregoeira, Sra. Iarinda Franca de Almeida, nomeada pela Portaria nº 964/2023/GP, torna público que, realizará **DISPENSA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos artigo 75, inciso I da Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 80/2023 e as exigências estabelecidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

<b>DATA DA SESSÃO:</b>	16/04/2026
<b>CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS:</b>	Início: 10/04/2026 às 17h:00min (Horário de Brasília) Término: 16/04/2026 às 08h:59min (Horário de Brasília)
<b>ABERTURA DAS PROPOSTAS:</b>	Início: 16/04/2026 às 09h:00min (Horário de Brasília)
<b>HORÁRIO DA FASE DE LANCES:</b>	09h:00min às 15h:00min – Período de lances de 06 (seis) horas
<b>ENDEREÇO ELETRÔNICO:</b>	<a href="http://www.portaldelicitacaomauriti.com.br">www.portaldelicitacaomauriti.com.br</a> - Acesso Identificado no link específico.
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO:</b>	Menor Preço Global

**1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1 O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a **Contratação de Empresa para execução dos RECURSOS DE RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CRAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI/CE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos.

1.1.1. Havendo mais de um item/lote, faculta-se ao licitante a participação em quantos forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **Menor Preço Global** observadas as exigências contidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. Compõem este Aviso, além das condições específicas, os seguintes documentos:

1.3.1 – Anexo I - Termo de Referência;

1.3.2 – Anexo II - Minuta da Proposta.

1.3.3 – Anexo III - Minuta de Contrato.

**2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, constante da página eletrônica do BR conectado, no endereço [www.portaldelicitacaomauriti.com.br](http://www.portaldelicitacaomauriti.com.br).

2.1.1. O procedimento será divulgado no site [www.portaldelicitacaomauriti.com.br](http://www.portaldelicitacaomauriti.com.br), no site da Prefeitura Municipal de Mauriti ([www.mauriti.ce.gov.br](http://www.mauriti.ce.gov.br)) e no Portal Nacional de Contratações – PCP.

2.1.2. O licitante é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

**2.2. Não poderão participar desta dispensa os licitantes:**



PREFEITURA  
**MAURITI**  
Mais trabalho. Futuro melhor!

Rua José Leite da Costa - Centro - CEP: 63.210-000 - Mauriti - Ceará  
CNPJ: 30.052.637/0001-92

“O USO DE DROGAS PREJUDICA A SAÚDE E DESTRÓI A FAMÍLIA”







**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI**  
**Secretaria Municipal de Proteção Social e do Trabalho**



- 2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
- 2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.2.3. Não poderá participar empresa que não explore ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.
- 2.2.4. As Pessoas jurídicas que tenham sido declaradas inidôneas por ato do poder público ou que estejam impedidas de licitar, ou contratar com a administração pública, ou com qualquer de seus órgãos descentralizados, quais sejam:
- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
  - b) CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ;
  - c) CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas;
  - d) Inidôneos - Licitantes Inidôneos junto ao TCU;
- 2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista
- 2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;
- 2.3.3. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
- 2.3.4. sociedades cooperativas.

### **3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

- 3.1. O ingresso do licitante na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- 3.2. O licitante interessado, após a divulgação do Aviso de Dispensa, encaminhará, **exclusivamente** por meio do Sistema “BR conectado”, constante da página eletrônica do BR conectado, no endereço [www.portaldelicitacaomauriti.com.br](http://www.portaldelicitacaomauriti.com.br), a proposta com a descrição do objeto ofertado e a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim de recebimento de propostas.
- 3.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ofertado, vinculam a Contratada.



PREFEITURA  
**MAURITI**  
Mais trabalho. Futuro melhor!

Rua José Leão da Costa - Centro - CEP: 63.210-000 - Mauriti - Ceará  
CNPJ: 30.052.637/0001-92

“O USO DE DROGAS PREJUDICA A SAÚDE E DESTRÓI A FAMÍLIA”







**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI**  
**Secretaria Municipal de Proteção Social e do Trabalho**



3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o licitante deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.3 que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.10. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. Quando houver variação mínima entre lances, fica facultado ao licitante, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço).

3.12.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo licitante e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.12.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.12.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.13. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos licitantes na forma da seção seguinte deste Aviso.







#### **4. FASE DE LANCES**

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

4.3. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O licitante poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

#### **5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS**

5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao licitante que tenha apresentado o menor preço, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.1.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.2. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao licitante o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

5.3. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o Agente de Contratação/Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.2. e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.3.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

5.3.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.5. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)







**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI**  
**Secretaria Municipal de Proteção Social e do Trabalho**



5.5.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

5.5.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

5.5.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.6. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.7.1. conter vícios insanáveis;

5.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.7.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.8. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.8.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.8.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

5.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.13. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **6. DA HABILITAÇÃO**

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do licitante mais bem classificado na fase de lances.

6.1.1. A licitante vencedora, **deverá enviar exclusivamente via sistema**, através do campo “**Documentos Complementares**”, após a liberação do mesmo pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, no



**PREFEITURA**  
**MAURITI**  
Mais trabalho. Futuro melhor!

Rua José Lello da Costa - Centro - CEP: 63.210-000 - Mauriti - Ceará  
CNPJ: 00.052.637/0001-92

“O USO DE DROGAS PREJUDICA A SAÚDE E DESTRÓI A FAMÍLIA”







**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI**  
**Secretaria Municipal de Proteção Social e do Trabalho**



**prazo de até 02 (duas) horas**, após convocação feita via chat pelo Agente de Contratação, os documentos constantes do Termo de Referência.

6.2. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, necessários a confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação do Agente de Contratação/Pregoeiro, sob pena de inabilitação.

6.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.6. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.7. O licitante provisoriamente vencedor em um item/lote, que estiver concorrendo em outro item/lote, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item/lote em que venceu às do item/lote em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.7.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns)/lote(s) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.9.1. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o licitante será habilitado.

## **7. DA CONTRATAÇÃO**

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.1.1. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato **OU** aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao licitante adjudicado, implica o reconhecimento de que:

7.2.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da **Lei nº 14.133, de 2021**;

7.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos **artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021** e reconhece os direitos da Administração previstos nos **artigos 137 a 139 da mesma Lei**.

7.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.



**PREFEITURA**  
**MAURITI**  
Mais trabalho. Futuro melhor!

Rua José Lélis da Costa - Centro - CEP: 63.210-000 - Mauriti - Ceará  
CNPJ: 30.052.637/0001-92

“O USO DE DROGAS PREJUDICA A SAÚDE E DESTRÓI A FAMÍLIA”







## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa o licitante que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
- 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 0;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 0 a 0 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 0 a 0, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.







PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI  
Secretaria Municipal de Proteção Social e do Trabalho



8.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para o Contratante;
- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## 10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Executivo, para exercício de 2026:

UNIDADE ADMINISTRATIVA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS
1002 – Secretaria Municipal de Proteção Social e do Trabalho	08 245 0048 2.089 – Manutenção do Bloco da Proteção Social Básica	4.4.90.51.00 – Obras e instalações	1662000000 – Transf. Rec. Fundo Municipal Ass. Social

## 11. DO VALOR ESTIMADO:

11.1. O valor global estimado para contratação é de **RS 120.453,54 (cento e vinte mil, quatrocentos e cinquenta três reais e cinquenta e quatro centavos)**, conforme especificado no Termo de Referência.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. No caso de todos os licitantes restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

12.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

12.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

12.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

12.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

12.2. As providências dos subitens 12.1.1 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer licitantes interessados (procedimento deserto).



PREFEITURA  
**MAURITI**  
Mais trabalho. Futuro melhor!

Rua José Ildéu da Costa – Centro – CEP: 63.210-000 – Mauriti – Ceará  
CNPJ: 30.052.637/0001-92

“O USO DE DROGAS PREJUDICA A SAÚDE E DESTRÓI A FAMÍLIA”







**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI**  
**Secretaria Municipal de Proteção Social e do Trabalho**



12.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos licitantes, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

12.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

12.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

12.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

12.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

12.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Dispensa e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

12.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

Mauriti/CE, 09 de abril de 2026.

  
**CLÁUDIA FERNANDA MOREIRA**  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO**



**PREFEITURA**  
**MAURITI**  
Mais trabalho. Futuro melhor!

Rua José Leite da Costa - Centro - CEP: 63.210-000 - Mauriti - Ceará  
CNPJ: 00.052.637/0001-92

“O USO DE DROGAS PREJUDICA A SAÚDE E DESTRÓI A FAMÍLIA”







PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI  
Secretaria Municipal de Proteção Social e do  
Trabalho



# ANEXO I

## TERMO DE REFERENCIA



P R E F E I T U R A

**MAURITI**

Mais trabalho. Futuro melhor!

Rua José Leite da Costa - Centro - CEP: 63.210-000 - Mauriti - Ceará  
CNPJ: 30.852.637/0001-92

"O USO DE DROGAS PREJUDICA A SAÚDE E DESTRÓI A FAMÍLIA"







PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI  
SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO



**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1. Contratação de Empresa para **RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CRAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI-CE**, de interesse da Secretaria de Proteção Social e do Trabalho de Mauriti/CE, conforme especificações descritas no Projeto Básico.
- 1.2. O prazo de **vigência** da contratação é de **120 (cento e vinte) dias**, contados da data de assinatura da Ordem de Serviços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. Embora a presente contratação se enquadre na hipótese de dispensa de licitação prevista no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, foi elaborado o Estudo Técnico Preliminar (ETP), considerando tratar-se de obra, ainda que de pequeno vulto.

A elaboração do ETP justifica-se pela natureza do objeto, que envolve serviços de engenharia, exigindo avaliação técnica prévia quanto à viabilidade, às soluções possíveis, aos impactos, aos custos estimados e às especificações necessárias para adequada execução. Assim, ainda que a legislação admita a simplificação de procedimentos em contratações de menor valor, optou-se pela formalização do estudo como medida de planejamento e segurança administrativa.

- 2.2. A contratação enquadra-se na hipótese prevista no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, referente à dispensa de licitação para obras e serviços de engenharia de valor inferior a R\$ 130.984,20.
- 2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual – PCA 2026, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

**3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

**3.1. Justificativa**

A presente contratação justifica-se pela necessidade de recuperação do prédio do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Sede, localizado no Município de Mauriti, tendo em vista as condições físicas atualmente apresentadas pela edificação, que evidenciam desgaste estrutural e necessidades de manutenção que podem comprometer o adequado funcionamento das atividades administrativas e dos atendimentos socioassistenciais realizados no equipamento público. A intervenção mostra-se indispensável para garantir a funcionalidade do espaço, a preservação do patrimônio público e o atendimento às normas técnicas, de segurança, acessibilidade e conservação predial vigentes.

**3.2. Objetivo da Contratação**



Av. Senhor Martins, S/N – Bela Vista - CEP: 63.210-000 – Mauriti -  
Ceará CNPJ: 07.655.269/0001-55

“O USO DE DROGAS PREJUDICA A SAÚDE E DESTRÓI A FAMÍLIA”







**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI**  
**SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO**



3.2.1. O objetivo da presente contratação é a execução de obra de recuperação do prédio do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Sede, na sede do Município de Mauriti, promovendo melhorias estruturais e funcionais na edificação, de modo a assegurar um ambiente adequado, seguro e acessível para o desenvolvimento das atividades administrativas e para a realização dos atendimentos socioassistenciais, garantindo melhores condições de trabalho aos servidores e melhor acolhimento à população usuária dos serviços.

### **3.3. Relevância Social e Institucional**

3.3.1. A recuperação do prédio do CRAS Sede representa um investimento relevante para o fortalecimento da política pública de assistência social no Município de Mauriti, contribuindo para a melhoria das condições de atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social, bem como para a eficiência na execução das ações socioassistenciais. A intervenção também promove a valorização do equipamento público enquanto espaço institucional essencial à rede de proteção social, alinhando-se aos objetivos da administração municipal de assegurar a adequada prestação de serviços à população, o uso responsável dos recursos públicos e a melhoria contínua da infraestrutura administrativa.

## **4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1. **Serviço de Engenharia:** toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do art. 6º da Lei 14.133/21, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados. (art. 6º, XXI da Lei 14.133/21).

4.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

### **5. FORMA DE EXECUÇÃO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

#### **5.1. Forma de execução da contratação**

5.1.1. A forma de execução da contratação será indireta, em regime de empreitada por preço global, cabendo à empresa contratada a responsabilidade integral pela execução da obra, fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários, conforme projeto, especificações técnicas e normas vigentes.

#### **5.2. Descrição da solução proposta**

5.2.1. A solução para a recuperação do prédio do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Sede, localizado no Município de Mauriti, consiste na realização de processo de dispensa de licitação em razão do valor, nos termos da Lei nº 14.133/2021, visando à contratação da empresa que apresentar o menor preço, com base nos valores estimados constantes no Orçamento Básico.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI**  
**SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO**



5.2.2. A empresa contratada deverá apresentar orçamento detalhado, cronograma físico-financeiro compatível com a execução dos serviços, equipe técnica qualificada e utilização de materiais adequados às exigências de qualidade, durabilidade e segurança da obra. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, as normas de segurança do trabalho, acessibilidade (quando couber), legislação ambiental vigente e demais dispositivos legais pertinentes, assegurando a funcionalidade, segurança e conservação da edificação ao longo de todo o seu ciclo de vida útil.

### **5.3. Finalidade da recuperação**

5.3.1. A recuperação do prédio do CRAS Sede tem por finalidade proporcionar condições físicas adequadas para o funcionamento das atividades administrativas e dos atendimentos socioassistenciais realizados no equipamento público, garantindo melhores condições de trabalho aos servidores, segurança aos usuários e preservação do patrimônio público, contribuindo para o fortalecimento das ações da política de assistência social no município.

### **5.4. Serviços a serem contratados**

5.4.1. Os serviços a serem executados compreendem, entre outros necessários à perfeita conclusão da obra de recuperação do prédio do CRAS:

- a) Serviços preliminares, incluindo limpeza, demolições e remoções necessárias;
- b) Reparações estruturais e adequações em fundações, quando identificadas patologias;
- c) Recuperação de estruturas em concreto armado;
- d) Execução e recuperação de alvenaria e vedação;
- e) Recuperação ou substituição de cobertura, quando necessário;
- f) Revestimentos internos e externos;
- g) Adequações e reparos nas instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias;
- h) Serviços de acabamento final, pintura e demais adequações necessárias ao pleno funcionamento da edificação.

### **5.5. Resultados esperados com a contratação**

Com a contratação, o Município espera obter:

- a) Melhoria da infraestrutura do equipamento público: disponibilização de ambiente adequado para o desenvolvimento das atividades administrativas e atendimentos socioassistenciais realizados pelo CRAS;
- b) Aprimoramento das condições de trabalho: oferta de ambiente seguro, organizado e funcional aos servidores, reduzindo riscos e promovendo maior eficiência operacional;
- c) Valorização do patrimônio público: recuperação e conservação do prédio do CRAS Sede, assegurando o uso adequado dos recursos públicos e o fortalecimento da política de assistência social no Município de Mauriti.

## **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**



Av. Senhor Martins, S/N - Bela Vista - CEP: 63.210-000 - Mauriti -  
Ceará CNPJ: 07.655.269/0001-55

**"O USO DE DROGAS PREJUDICA A SAÚDE E DESTRÓI A FAMÍLIA"**







**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI**  
**SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO**



6.1. Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo da construção civil e/ou reformas prediais, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e com os padrões de sustentabilidade exigidos neste instrumento.

6.2. Para a presente contratação foi elaborado Projeto Básico contendo os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar os serviços de recuperação do prédio do CRAS, assegurando a viabilidade técnica da intervenção, o adequado tratamento dos impactos ambientais do empreendimento e possibilitando a avaliação dos custos, bem como a definição dos métodos e do prazo de execução.

**6.3. Requisitos técnicos da contratação**

6.3.1. Definição do local de execução dos serviços, qual seja, o prédio do CRAS Sede, situado no Município de Mauriti, conforme endereço indicado na Ordem de Serviço;

6.3.2. Definição dos serviços a serem executados, bem como dos materiais a serem aplicados e/ou substituídos, de acordo com os projetos, memoriais descritivos e especificações técnicas, que deverão ser rigorosamente atendidos pela Contratada;

6.3.3. Definição da metodologia executiva a ser adotada, em conformidade com as normas técnicas vigentes e as recomendações dos fabricantes dos materiais e equipamentos utilizados;

6.3.4. Definição do orçamento e do prazo de execução dos serviços, com detalhamento dos marcos intermediários e finais de cada etapa, conforme estabelecido no cronograma físico-financeiro;

6.3.5. Apresentação de certidão de registro da contratada junto ao CREA, da qual deverão constar os nomes dos profissionais habilitados que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços, nos termos da Resolução nº 425/98 do CONFEA;

6.3.6. Definição de cláusulas e condições para execução dos serviços que permitam à contratada realizar adequado planejamento executivo, observando a logística e a infraestrutura disponíveis no mercado.

**6.4. Requisitos de sustentabilidade**

6.4.1. Os serviços deverão fundamentar-se no uso racional de recursos, materiais e equipamentos, evitando desperdícios, minimizando a geração de resíduos e reduzindo o consumo de água e energia.

6.4.2. A contratada deverá garantir a execução segura das atividades e a proteção dos trabalhadores, além de realizar o correto gerenciamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a execução dos serviços.

**6.5. Requisitos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados:**

6.5.1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

6.5.2. Normas da ABNT e demais legislações pertinentes aplicáveis à execução dos serviços, especialmente no que se refere à qualidade e especificação dos materiais empregados;



Av. Senhor Martins, S/N – Bela Vista - CEP: 63.210-000 – Mauriti -  
Ceará CNPJ: 07.655.269/0001-55

**"O USO DE DROGAS PREJUDICA A SAÚDE E DESTRÓI A FAMÍLIA"**







PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI  
SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO



- 6.5.3. Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia;
- 6.5.4. Lei nº 12.378/2010, que regula o exercício da Arquitetura e Urbanismo e institui o Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU;
- 6.5.5. Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;
- 6.5.6. Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil,

### 6.6. Subcontratação

- 6.6.1. Será permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato;
- 6.6.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanecerá a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução dos serviços, cabendo-lhe a supervisão, coordenação e o cumprimento rigoroso das obrigações contratuais perante a Administração;
- 6.6.4. O contrato estabelecerá de forma detalhada as regras e condições aplicáveis à subcontratação, quando admitida;
- 6.6.2. É vedada a subcontratação total do objeto ou da parcela principal da obrigação contratual, a qual consiste em:

RETALHAMENTO C/ TELHA CERÂMICA COM 50% NOVA, item 1.1, da planilha orçamentária; DÊSCUPINIZAÇÃO C/MATERIAL INSETICIDA, item 1.2, da planilha orçamentária; REBOCO C/ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR, TRAÇO 1:4, item 2.3, da planilha orçamentária; PORTA TIPO PARANÁ (0,80 X 2,10M), COMPLETA, item 3.1, da planilha orçamentária; LATEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES INTERNAS S/ MASSA; item 6.1, da planilha orçamentária; LATEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES EXTERNAS S/ MASSA; item 6.2, da planilha orçamentária; CALÇADA DE PROTEÇÃO EM CIMENTADO C/BASE DE CONCRETO, item 7.1, da planilha orçamentária; FORRO PVC-LAMBRI (100X6000 OU 200X6000) MM- FORNECIMENTO E MONTAGEM, item 7.2, da planilha orçamentária; LIMPEZA GERAL, item 7.3, da planilha orçamentária.

### 6.7. Garantia da contratação

- 6.7.1. Não será exigida garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

### 6.8. Vistoria

- 6.8.1. Não será exigida a realização de vistoria prévia para fins de participação no certame.

### 6.9. Da participação de consórcios

- 6.9.1. Será admitida a participação de consórcios, nos termos do artigo 14 da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de ampliar a capacidade técnica e financeira dos licitantes, promover maior competitividade e possibilitar a execução adequada dos serviços.



Av. Senhor Martins, S/N – Bela Vista – CEP: 63.210-000 – Mauriti –  
Ceará CNPJ: 07.655.269/0001-55

“O USO DE DROGAS PREJUDICA A SAÚDE E DESTRÓI A FAMÍLIA”







**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI**  
**SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO**



**6.10. Da participação de empresas estrangeiras**

6.10.1. A participação de empresas estrangeiras será admitida, desde que atendidas as exigências da legislação brasileira, visando ampliar a competitividade do certame e possibilitar à Administração Pública a contratação de propostas mais vantajosas, com melhores preços e soluções técnicas.

**7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7.1. A fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços serão realizados pela Secretaria Municipal competente, por meio de servidor(es) designado(s) como fiscal(is) do contrato, os quais verificarão a conformidade da obra com as especificações técnicas, projetos, quantitativos e prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro.

7.2. Os serviços serão executados e entregues conforme as etapas previstas no cronograma físico-financeiro, podendo ser rejeitados, no todo ou em parte, caso não estejam em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, no projeto e na proposta da Contratada. Os serviços rejeitados deverão ser corrigidos ou refeitos pela Contratada, às suas expensas, no prazo definido pela fiscalização, contado a partir da notificação formal, inclusive por meio eletrônico ou telemático, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.3. A execução dos serviços deverá ser iniciada no prazo estabelecido na Ordem de Serviço, a ser emitida após a formalização da contratação, observando-se rigorosamente os prazos e condições pactuados.

7.4. Para a perfeita execução do objeto, a CONTRATADA deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas, máquinas, mão de obra qualificada e demais insumos necessários, responsabilizando-se pela qualidade, segurança e conformidade dos serviços executados, de acordo com as exigências deste instrumento, das normas técnicas e da legislação vigente.

**8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto,

*[Handwritten signatures and initials]*





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI**  
**SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO**



do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **8.6. Preposto**

8.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

8.6.2. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do objeto.

8.6.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **8.7. Fiscalização**

8.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **8.8. Fiscalização Técnica**

8.8.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.8.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

8.8.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

8.8.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.8.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.8.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

### **8.9. Fiscalização Administrativa**

8.9.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.






**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI**  
**SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO**



8.9.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**8.10. Gestor do Contrato**

8.10.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.10.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.10.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.10.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e à eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.10.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.10.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.10.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**9. MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

9.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Boletim de Medição, conforme previsto no contrato, devidamente atestada pela fiscalização contratual e com a assinatura dos respectivos responsáveis técnicos.

9.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

9.1.1.1. não produzir os resultados acordados;

9.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou



Av. Senhor Martins, S/N - Bela Vista - CEP: 63.210-000 - Mauriti -  
Ceará CNPJ: 07.655.269/0001-55

"O USO DE DROGAS PREJUDICA A SAÚDE E DESTRÓI A FAMÍLIA"







PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI  
SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO



9.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## 9.2. Do recebimento

9.2.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

9.2.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

9.2.3. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

9.2.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **60 (Sessenta) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

9.2.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.2.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

9.2.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

9.2.8. O fiscal, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

9.2.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

9.2.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

9.2.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.2.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)







PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI  
SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO



9.2.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

9.2.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.2.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.2.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **até 60 (Sessenta) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

9.2.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pela fiscalização, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

9.2.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

9.2.16.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

9.2.16.4. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.2.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.2.18. O recebimento definitivo da obra pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pelas substituições necessárias.

### 9.3. Liquidação

9.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação.

9.3.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



Av. Senhor Martins, S/N - Bela Vista - CEP: 63.210-000 - Mauriti  
Ceará CNPJ: 07.655.269/0001-55

"O USO DE DROGAS PREJUDICA A SAÚDE E DESTRÓI A FAMÍLIA"







PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI  
SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO



- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.3.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

9.3.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio apresentação de certidões negativas ou, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.3.5. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital ou aviso de dispensa; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação ou contratação direta, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.3.6. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.3.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.3.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.3.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação de cumprimento de requisitos de habilitação.

#### 9.4. Prazo de Pagamento

9.4.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

9.4.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M/FGV de correção monetária.

#### 9.5. Forma de Pagamento

9.5.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



Av. Senhor Martins, S/N - Bela Vista - CEP: 63.210-000 - Mauriti -  
Ceará CNPJ: 07.655.269/0001-55

"O USO DE DROGAS PREJUDICA A SAÚDE E DESTRÓI A FAMÍLIA"







PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI  
SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO



9.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.5.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.5.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### 9.6. Antecipação de Pagamento

9.6.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

## 10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso I, § 3º da Lei nº 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

### 10.2. Regime de execução

10.2.1. O regime de execução do contrato será **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

### 10.3. Critérios de aceitabilidade de preços

10.3.1. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

10.3.2. O licitante que tiver apresentado o menor preço deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico (e-mail), planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

10.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos na forma prevista no art. 72, inciso V da Lei nº 14.133/21:

#### 10.4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

A) **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

B) **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



Av. Senhor Martins, S/N - Bela Vista - CEP: 63.210-000 - Mauriti -  
Ceará CNPJ: 07.655.269/0001-55

"O USO DE DROGAS PREJUDICA A SAÚDE E DESTRÓI A FAMÍLIA"







PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI  
SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO



- C) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- D) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.
- E) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- F) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- G) **Ato de autorização** para o exercício da atividade - Decreto de autorização, em se tratando de empresa estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- OBS: Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 10.4.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- A) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- B) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **estadual e/ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- C) Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- D) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- E) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- F) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- G) Prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;





PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI  
SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO



H) Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei n.º 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, em conformidade com o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.4.2.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.4.2.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.4.2.3. Na forma do que dispõe o art. 42 da Lei Complementar nº. 123 de 14.12.2006, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

10.4.2.4. Para efeito do disposto no subitem acima, as microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste procedimento licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.4.2.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito Qualificação Econômico-Financeira.

10.4.2.6. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na lei e neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, nos termos deste edital.

#### 10.4.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

10.4.3.1. **Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados **na forma da lei**, devidamente registrado na junta comercial da sede da licitante, que comprovem a boa situação financeira da empresa, com vistas aos compromissos que terá de assumir caso lhe seja adjudicado o objeto licitado, devidamente assinado pelo contador responsável, sendo vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.4.3.2. Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:





PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI  
SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO



a) **Sociedades empresariais em geral:** registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, acompanhados de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído.

b) **Sociedades empresárias, especificamente no caso de sociedades anônimas regidas pela Lei nº. 6.404/76:** registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia; ou, ainda, em jornal de grande circulação editado na localidade em que está a sede da companhia;

c) **Sociedades simples:** registrados no Registro Civil das Pessoas jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro na Junta Comercial.

d) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial de abertura referentes ao período de existência da sociedade, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial do domicílio da Licitante, assinado pelo sócio-gerente ou diretor e pelo contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

e) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

OBS: Os documentos referidos no item 9.5.1. limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.4.3.3. Entende-se que a expressão "**na forma da lei**" constante no item 9.9.1.1, no mínimo: balanço patrimonial, DRE e demais demonstrações obrigatórias, registras na Junta Comercial ou órgão competente, acompanhado dos termos de abertura e encerramento do livro diário).

10.4.3.4. As cópias deverão ser originárias do Livro Diário devidamente formalizado e registrado.

10.4.3.5. A empresa optante pelo *Sistema Público de Escrituração Digital - SPED* poderá apresentá-lo **na forma da lei**, devendo ser acompanhado do Recibo de entrega de escrituração contábil digital; (*Para efeito o que determina o Art. 2º do Decreto Nº 9.555, de 6 de novembro de 2018*);

OBS¹: A autenticação de livros contábeis das pessoas jurídicas não sujeitas ao Registro do Comércio, poderá ser feita pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, por meio da apresentação de escrituração contábil digital, na forma estabelecida pela Secretaria da Receita



Av. Senhor Martins, S/N - Bela Vista - CEP: 63.210-000 - Mauriti -  
Ceará CNPJ: 07.655.269/0001-55

"O USO DE DROGAS PREJUDICA A SAÚDE E DESTRÓI A FAMÍLIA"



*[Handwritten signatures]*





PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI  
SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO



Federal do Brasil do Ministério da Fazenda. (Art. 1º do Decreto Nº 9.555, de 6 de novembro de 2018)

10.4.3.6. As cópias deverão ser originárias do Livro Diário constante do SPED.

10.4.3.7. A Escrituração Digital deverá estar de acordo com as Instruções Normativas (RFB nº 1420/2013 e RFB nº 1594) que tratam do *Sistema Público de Escrituração Digital – SPED*. Para maiores informações, verificar o site [www.receita.gov.br](http://www.receita.gov.br), no link *SPED*. Ficando a exigência de apresentação do Balanço Patrimonial do último exercício social, a ser apresentado no prazo que determina o art. 5º das Instruções Normativas da RFB, bem como o que determina a Jurisprudência no Acórdão TCU nº 2.669/2013 de relatoria do Ministro Valmir Campelo.

10.4.3.8. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, exceto as sociedades cooperativas, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 5.764/1971. No caso de pessoa física ou de sociedade simples, certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante;

10.4.3.9. Na ausência da certidão negativa, o licitante em recuperação judicial deverá comprovar o acolhimento judicial do plano de recuperação judicial nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005. No caso do licitante em recuperação extrajudicial deverá apresentar a homologação judicial do plano de recuperação.

#### 10.4.4. HABILITAÇÃO TÉCNICA

##### 10.4.4.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

10.4.4.1.1. Prova de Registro da pessoa jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia – CREA, ou outro conselho competente, em que conste responsável(eis) técnico(s) com aptidão para desempenho de atividade pertinente ao objeto da licitação, em plena validade; (art. 67, inc. V, Lei nº 14.133/21)

a) Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil e/ou no Estado do Ceará;

10.4.4.1.2. Indicação do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 67, da Lei Nº 14.133/2021, apresentando, Equipe mínima:

a) 01 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista;

##### 10.4.4.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

10.4.4.2.1. Apresentar profissional **Responsável Técnico** de nível superior na área de engenharia civil ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de no mínimo **01 (um) atestado de capacidade técnica, com acervo aprovado pela Câmara Especializada do CREA da respectiva modalidade**, conforme o caso, que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com as do objeto ora licitado, atinentes às respectivas parcelas de maior relevância do objeto da licitação, na forma prevista no art.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI**  
**SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO**



67, § 1º, § 2º, Lei nº 14.133/21, não se admitindo atestado(s) de Fiscalização, Supervisão, Gerenciamento, Controle Tecnológico ou Assessoria Técnicas ou simples ART's não aprovadas pela câmara especializada competente.

10.4.4.2.2. A comprovação do vínculo do profissional de que trata o subitem anterior será feita da seguinte forma:

- A) Para sócio, mediante a apresentação do contrato social e aditivos;
- B) Para diretor, mediante a apresentação da ata de eleição e posse da atual diretoria, devidamente registrada junto ao órgão competente.
- C) Se o responsável técnico não for sócio e/ou diretor da empresa, a comprovação se dará mediante a apresentação da cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) - devidamente assinada ou Contrato de Prestação de Serviço em vigor celebrado de acordo com a legislação civil.
- D) Declaração de compromisso de vinculação futura firmada por engenheiro civil ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor do acervo técnico, informando que o mesmo assumirá a responsabilidade técnica dos serviços licitados, caso a licitante se sagre vencedora do certame.

10.4.4.2.3. Com base no artigo 64, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, a Prefeitura se reserva o direito de consultar o CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais), para comprovar o vínculo empregatício do(s) responsável (is) técnico(s) detentor (es) dos atestados com o licitante.

10.4.4.2.4. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

10.4.4.2.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

10.4.4.2.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.4.4.2.7. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação da qualificação técnica, todas as que se enquadrarem nessa condição serão inabilitadas.

10.4.4.2.8. No caso de comprovação da capacidade técnica da licitante e dos profissionais em serviços realizados no exterior, deverá ser apresentado Atestado de Capacidade Técnica, devidamente regularizado no país de origem, registrado no Consulado Brasileiro acompanhado por tradução juramentada.

10.4.4.2.9. Os atestados de capacidade técnica da empresa licitante, deverá ser devidamente certificado pelo CREA, para comprovar que a mesma executou obra ou serviço de características semelhantes ao objeto ora licitado;

## **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 120.453,54 (Cento e vinte mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos)**. Conforme custos unitários apostos no Projeto Básico.






PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI  
SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO



**12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12. As despesas correrão por conta da Secretaria Municipal de Proteção Social e do Trabalho da Dotação Orçamentária nº 1202. 08 245 0048 2.089 - Manutenção do bloco da Proteção Social Básica, 4.4.90.51.00- Obras e instalações. Fonte de Recursos 1662000000 - Transf. Rec. Fundo Municipal Ass. Social.

**13. DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. **Mapeamento de Riscos:** O gerenciamento de riscos da contratação, nos termos do art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/21, é exigível como elemento do planejamento nas hipóteses de licitação, razão pela qual sua elaboração formal é dispensada no presente caso, tendo em vista tratar-se de contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor, conforme art. 72, inciso I, da referida Lei.

Contudo, considerando que o objeto envolve serviço de engenharia, a Administração realizará o acompanhamento contínuo dos riscos da contratação, por meio de controles e medidas preventivas durante a execução contratual, com o objetivo de mitigar eventuais falhas, assegurar a adequada prestação do serviço e resguardar o interesse público.

13.2. São anexos deste Termo de Referência:

- a) ANEXO I: Minuta do Contrato;
- b) ANEXO II: Orçamento.

Mauriti-CE, 12 de março de 2026.

**RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:**

Francisca Lais Juca da Silva

Francisca Lais Juca da Silva

**Presidente da Comissão de Planejamento**

Leidy Daiane Barbosa Pereira

Leidy Daiane Barbosa Pereira

**Secretária da Comissão de Planejamento**

**Responsável Técnico:**

Patrick Kalley Albuquerque

Patrick Kalley Bandeira Pereira de Albuquerque

**ENGENHEIRO CIVIL / CREA Nº 2117133002**

**Aprovado por**

Cláudia Fernanda Moreira

**Ordenadora de Despesas da Secretaria de Proteção Social e do Trabalho**





P R E F E I T U R A  
**MAURITI**

Mais trabalho. Futuro melhor!

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI

*Projeto de Engenharia*

**OBRA:** RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CRAS SEDE

**LOCALIZAÇÃO:** SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ

ALPHA PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA  
FEVEREIRO DE 2026





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART  
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

**CREA-CE**

**ART OBRA / SERVIÇO**  
**Nº CE20261800601**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará**

INICIAL

**1. Responsável Técnico**

**EMERSON PATRICK ALVES MARTINS**

Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL, MBA EM PLANEJAMENTO E GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, ESPEC. EM ENGENHARIA DE ESTRUTURAS HIDRÁULICAS, ESPEC. EM GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS

RNP: 0615289819

Registro: 321456CE

Empresa contratada: ALPHA PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA EPP

Registro : 0010495347-CE

**2. Dados do Contrato**

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI-CE.

AVENIDA BURITI GRANDE

Complemento:

Cidade: MAURITI

Bairro: SERRINHA

UF: CE

CPF/CNPJ: 07.655.269/0001-55

Nº: Nº 55

CEP: 63210000

Contrato: 2022.03.15.(01 A 04).

Celebrado em: 15/03/2022

Valor: R\$ 5.000,00

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação Institucional: NENHUMA - NÃO OPTANTE

**3. Dados da Obra/Serviço**

RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS

Complemento:

Cidade: MAURITI

Data de Início: 02/01/2026

Previsão de término: 31/12/2026

Bairro: CENTRO

UF: CE

Nº: S/Nº

CEP: 63210000

Coordenadas Geográficas: 07°23'20.93"S, 38°46'34.9"W

Finalidade: Infraestrutura

Código: Não Especificado

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI-CE.

CPF/CNPJ: 07.655.269/0001-55

**4. Atividade Técnica**

14 - Elaboração

80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE REFORMA DE EDIFICAÇÃO > #1.1.2.4 - EM MATERIAIS MISTOS

Quantidade

Unidade

1,00

un

35 - Elaboração de orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE REFORMA DE EDIFICAÇÃO > #1.1.2.4 - EM MATERIAIS MISTOS

1,00

un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

**5. Observações**

ART DE PROJETO E ORÇAMENTO DA RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL), COM LOCALIZAÇÃO NA RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS, SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI-CEARÁ.

**6. Declarações**

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

**7. Entidade de Classe**

NENHUMA - NÃO OPTANTE

**8. Assinaturas**

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local

data



Documento assinado eletronicamente  
com credenciais de login e senha

EMERSON PATRICK ALVES MARTINS

RNP: 0615289819

Data: 24/02/2026 17:15:20

EMERSON PATRICK ALVES MARTINS - CPF: 044.532.513-51

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI-CE. - CNPJ: 07.655.269/0001-55

**9. Informações**

\* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

**10. Valor**

Valor da ART: R\$ 108,39

Registrada em: 16/01/2026

Valor pago: R\$ 108,39

Nosso Número: 8218526302

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ce.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 5ZDxW  
Impresso em: 24/02/2026 às 17:15:20 por: lp: 200.77.181.182

www.crea-ce.org.br  
Tel: (85) 3453-5800

faleconosco@crea-ce.org.br  
Fax: (85) 3453-5804



**CREA-CE**  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia







## PREFEITURA DE MAURITI

### MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS



#### CONSIDERAÇÕES GERAIS

##### OBJETO

O presente MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS tem como objetivo a **OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CRAS SEDE. LOCALIZAÇÃO: SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CE**

##### PROJETO

A execução da obra deverá obedecer integralmente e rigorosamente aos projetos, especificações e detalhes que serão fornecidos ao construtor com todas as características necessárias à perfeita execução dos serviços.

##### ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

A empreiteira obriga-se a saber as responsabilidades legais vigentes, prestar toda assistência técnica e administrativa necessária a fim de imprimir andamento conveniente à obra.

A responsabilidade técnica da obra será de Profissional pertencente ao quadro de pessoal e devidamente Habilitado e Registrado no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA.

##### MATERIAS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS

Todo material a ser utilizado na obra será de primeira qualidade. A mão-de-obra deverá ser idônea, de modo a reunir uma equipe homogênea que assegurem o bom andamento dos serviços.

#### REVESTIMENTOS

##### Chapisco

###### Material

Chapisco manual em argamassa de cimento e areia, traço volumétrico 1:3, esp=5mm. O cimento será tipo Portland comum, fabricação recente, conforme padrão comercializado no mercado. A areia será do tipo grossa – utilizar areia de rio, grossa.

###### Procedimentos

Deverá ser processados a mistura e amassamento dos materiais. A argamassa deverá Ter plasticidade e umidade tais, que possa ser facilmente lançada às superfícies verticais (paredes) e horizontais (forro) com uma colher de pedreiro.

###### Controle e Qualidade

Assegurar o emassamento de argamassa utilizando o traço 1:3.

##### Emboço/Reboco

###### Material

Reboco com argamassa de cimento e areia sem peneirar, traço 1:6 E=20mm.

###### Procedimentos

O reboco deverá ser liso e uniforme, primorosamente alisado com desempenadeira de aço e esponja.

###### Controle e Qualidade

Para o espalhamento, o "corte" e o acabamento final da argamassa, empregar régua de alumínio, desempenadeira de aço e esponja.

##### Calçada de Proteção

Será recuperada a calçada de proteção em cimentado com base de concreto L=0,60m

Emerson Patrick Alves Martins  
Engenheiro Civil CREA/CE 321456  
RNP 061528981-9







## PREFEITURA DE MAURITI



### COBERTURA

#### RETELHAMENTO

Na coberta existente sobre a edificação deverá ser feito retelhamento de modo a substituir todo o madeiramento e telhas danificados. Para tanto, serão utilizados até 20% de telhas cerâmicas novas do tipo colonial e madeira de boa qualidade, sem irregularidades, rachaduras, cascas e nós.

#### DESCUPINIZAÇÃO

Será executado descupinização com material inseticida em toda madeira da cobertura.

#### ESQUADRIAS

As portas que estiverem precisando serem trocadas, serão substituídas por portas tipo paraná.

#### Ferragens:

O assentamento de ferragens será procedido com particular esmero. Os encaixes para dobradiças, fechaduras, etc., terão as formas das ferragens não sendo toleradas folgas que exijam emendas.

As ferragens deverão ser em número suficiente, de forma a suportarem com folgas o regime de trabalho a que venham a ser submetidas.

#### INTALAÇÕES ELÉTRICAS

A instalação elétrica compreende as instalações de luz e força.

As instalações elétricas serão executadas de acordo com as normas ABNT, e das concessionárias locais, além de obedecerem ao disposto neste Capítulo.

Os casos não abordados serão definidos pela FISCALIZAÇÃO, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para a obra em questão.

Caberá ao CONSTRUTOR executar na presença da FISCALIZAÇÃO, os testes de recebimento dos equipamentos especificados.

Caberá ao CONSTRUTOR executar toda a fiação e cabeamento e correndo por sua conta todos os custos de aprovação, vistoria e demais encargos pertinentes à citada instalação.

O CONSTRUTOR solicitará a vistoria das tubulações tão logo estejam em condições de uso e não apenas quando o serviço estiver totalmente concluído, o que permitirá que os cabos e fios estejam já instalados por ocasião da conclusão das obras. Todo o equipamento usado deverá ser de 1ª qualidade e deverá obedecer a característica estabelecida no projeto elétrico, quanto a quadros, eletrodutos, cabos, fios, postes, luminárias e demais equipamentos.

#### INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS

Toda a tubulação usada será em PVC soldável com conexões compatíveis aos tubos empregados. Será observado o projeto específico. Todas as tubulações serão embutidas e chumbadas a alvenaria com argamassa de cimento e areia no traço 1:3. Os rasgos para essas tubulações deverão ter profundidade suficiente para permitir um recobrimento de pelo menos 3cm.

#### Instalações Sanitárias

Toda a tubulação será em PVC tipo esgoto o mesmo acontecendo com as conexões, conforme projeto.

As confecções, sifões, ralos e caixas serão em PVC.

As bacias sanitárias, mictórios, lavatórios e acessório serão de louça branca. Torneiras e válvulas serão em latão, sifões e engates em PVC.

#### PINTURA

Emerson Patrick Alves Martins  
Engenheiro Civil CREA/CE 321456  
RNP 061528921-9





## PREFEITURA DE MAURITI



### Condições Gerais

Além de seguir as normas da ABNT e as prescrições do fabricante da tinta, o processo de pintura deverá realizar-se através das seguintes etapas:

- Preparação da superfície;
- Aplicação eventual de fundos, massas e condicionantes;
- Aplicação de tinta de acabamento.

Todas as superfícies a pintar deverão estar secas, serão cuidadosamente limpas, retocadas e preparadas para o tipo de pintura a que se destinam. Serão removidos as manchas de óleo, graxa, mofo e outras porventura existentes com produtos apropriados.

Cada demão de tinta só poderá ser aplicada quando a precedente estiver completamente seca, convindo observar um intervalo de 24 (vinte e quatro) horas entre demãos sucessivas, salvo especificações em contrário.

Igual cuidado haverá entre demãos de tinta e de massa, observando um intervalo de 48 (quarenta e oito) horas, após cada demão de massa, salvo especificação em contrário.

As cores serão definidas, mediante prévia consulta ao projeto arquitetônico.

Serão adotadas precauções especiais no sentido de evitar salpicos de tinta em superfícies não destinadas a pintura (pisos, ferragens das esquadrias, peças sanitárias, etc.) e a fim de dar proteção deverão ser usados mantas, panos, papel, fita crepe e outros. Os salpicos que não puderem ser evitados deverão ser removidos enquanto a tinta estiver fresca, com removedor apropriado.

Toda vez que uma superfície tiver sido lixada, esta será cuidadosamente limpa com uma escova e, depois, com um pano seco, para remover todo o pó, antes de aplicar a demão seguinte.

### Pintura Látex Interna

Aplicação - As paredes internas e a laje de forro deverão receber pintura em látex duas demãos.

### Pintura em Látex Externa

Aplicação - As paredes externas deverão receber pintura em látex.

### Esmalte Duas Demãos em Esquadrias de Madeira

Aplicação - As esquadrias de madeira existentes e as esquadrias novas receberão pintura em esmalte sintético duas demãos.

### Esmalte Duas Demãos em Esquadrias de Ferro

Aplicação - As esquadrias de ferro existentes e as esquadrias novas receberão pintura em esmalte sintético duas demãos.

### SERVIÇOS DIVERSOS

#### Limpeza

Os serviços de limpeza geral satisfarão aos seguintes requisitos:

Será removido todo o entulho do terreno, sendo cuidadosamente limpos e varridos os acessos.

Todas as manchas e salpicos de tintas serão cuidadosamente removidos.

O construtor obriga-se a restaurar todas as superfícies ou aparelhos que porventura venham a danificar-se por ocasião da limpeza.

Emerson Patrick Alves Martins  
Engenheiro Civil CREA/CE 321456  
RNP 061528981-9







PREFEITURA DE MAURITI

OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CRAS SEDE  
LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.



MEMORIAL DE CÁLCULO

**DADOS ADIMISSÍVEIS**

ACO = ÁREA CONSTRUIDA =	
ACEX - ÁREA DA COBERTA EXISTENTE =	368,00 m <sup>2</sup>
PPEX - PERÍMETRO DAS PAREDES EXISTENTE =	310,00 m <sup>2</sup>
PEX - PERÍMETRO DAS PAREDES EXTERNAS =	206,00 m
HPE - ALTURA DO PÉ DE DIREITO =	86,00 m
PEM = PERÍMETRO DO MURO EXISTENTE =	3,00 m
HM = ALTURA DO MURO =	63,10 m
PRCR - PERÍMETRO DAS PAREDES COM REVESTIMENTO =	2,00 m
HRCR - ALTURA DO REVESTIMENTO CERÂMICO =	65,00 m
	3,00 m

**1.0 COBERTA**

1.1 RETELHAMENTO C/ TELHA DE CERÂMICA DE COBERTA EXISTENTE = RET

RET = AC

AC = ÁREA DA COBERTA

310,00 m<sup>2</sup>

RET = RETELHAMENTO =

310,00 m<sup>2</sup>

1.2 DESCUPINIZAÇÃO = DE

DE = RET

RET = RETELHAMENTO =

310,00 m<sup>2</sup>

DE = DESCUPINIZAÇÃO =

310,00 m<sup>2</sup>

**2.0 REVESTIMENTO**

2.1 CHAPISCO = CHV

CHV = DR

DR = REBOCO DO PRÉDIO =

110,00 m<sup>2</sup>

ACE = ÁREA DO CHAPISCO A EXECUTAR =

110,00 m<sup>2</sup>

2.2 REBOCO A EXECUTAR = ERA

RAE = ACE

ACE = ÁREA DE CHAPISCO A EXECUTAR =

110,00 m<sup>2</sup>

EM = ÁREA DO REBOCO A EXECUTAR =

110,00 m<sup>2</sup>

Emerson Patrick Alves Martins  
Engenheiro Civil CREA/CE 321456  
RNP 061528981-9



PREFEITURA DE MAURITI

OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CRAS SEDE  
LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.  
3.0 ESQUADRIAS

3.1 ESQUADRIA DE FERRO = ESQF

ESQF = PM1, PM2

PM1 = ( 0,80 x 2,10 ) x 3,00 =

PM2 = ( 0,60 x 2,10 ) x 1,00 =

5,00 und

3,00 und

3.2 FECHADURA = FC

FC = QF

QF = FECHADURA PARA PORTAS =

6,00 und

4.0 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

4.1 INST. ELÉTRICAS = IE

IE = INST. ELÉTRICAS =

1,00 und

5.0 INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIA

5.1 INST. HIDROSSANITÁRIA = IH

IH = INST. HIDROSSANITÁRIA =

1,00 und

6.0 PINTURA

6.1 PINTURA LATEX INTERNA = PLI

PLI = (( PEX x 2,00 ) - PPEX ) x HPD ) - RCE

PEX = PERIMETRO DAS PAREDES EXISTENTE =

206,00 m

PPEX PERIMETRO DAS PAREDES EXTERNAS =

86,00 m

HP=ALTURA DO PÉ DIREITO =

3,00 m

RCE = REVESTIMENTO CERÂMICO =

195,00 m²

PLI= ÁREA DA PINTURA LATEX =

783,00 m²

6.3 PINTURA EXTERNA = PLE

PLE = PLE01 + PLE02

PLE01= ( PPX x H )

PPX = PERIMETRO DAS PAREDES EXTERNA =

86,00 m

H=ALTURA DO PÉ DIREITO MÉDIO =

3,00 m

PLE01.....

Emerson Patrick Alves Martins  
Engenheiro Civil - CREA/CE 321456  
RNP 061528981-9

258,00 m²







PREFEITURA DE MAURITI



OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CRAS SEDE

LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.

PLE02 = ( PM x HM x 2 )

PME = PERIMETRO DO MURO A EXISTENTE=

HM = ALTURA DO MURO =

63,10 m

2,00 m

PLE02.....

252,40 m<sup>2</sup>

PLEX = ÁREA DA TEXTURA EXTERNA =

510,40 m<sup>2</sup>

6.4 PINTURA ESMALTE SINTETICO ESQ. MADEIRA = PESM

PESM = PM01+..... x 2

PM01 = ( 0,60m x 2,10m ) 4,00 und

10,08 m<sup>2</sup>

PM02 = ( 0,80m x 2,10m ) x 8und

26,88 m<sup>2</sup>

JM01 = ( 1,50m x 1,50m ) 14,00und

63,00 m<sup>2</sup>

JM02 = 1,0m x 0,60m ) 8,00und

9,60 m<sup>2</sup>

PESM = PINTURA ESMALTE SINTETICO ESQ. MADEIRA =

109,56 m<sup>2</sup>

6.5 PINTURA ESMALTE SINTETICO ESQ. FERRO = PESF

PESF = PF01+..... x 2

PF = ( 3,00 x 2,20 x 2,00 ) =

13,20 m<sup>2</sup>

GF = ( 2,00 x 1,10 x 2,00 ) =

4,40 m<sup>2</sup>

PESf = PINTURA ESMALTE SINTETICO ESQ. FERRO =

17,60 m<sup>2</sup>

7.0 SERVIÇOS DIVERSOS

7.1 FORRO PVC = FO

FO = AT

AT = ÁREA DE FORRO À EXECUTAR =

120,00 m<sup>2</sup>

FO = FORRO PVC =

120,00 m<sup>2</sup>

7.2 LIMPEZA GERAL = LG

LG = ACO

ACO = ÁREA A CONSTRUIDA =

368,00 m<sup>2</sup>

LF = LIMPEZA FINAL DA OBRA =

368,00 m<sup>2</sup>

Emerson Patrick Alves Martins  
Engenheiro Civil CREA/CE 321456  
RNP 041528981-9





## PREFEITURA DE MAURITI

OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CRAS SEDE  
LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.



## ORÇAMENTO GERAL DA OBRA

DATA: FEVEREIRO / 2026 - TABELA SEINFRA/CE 028.1 - DES.

ENCARGOS SOCIAIS: SEINFRA:

BDI = 25,00%

## PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANT.	UN	VALOR SEM BDI	VALOR COM BDI	VALOR TOTAL
1.0	Grupo:	COBERTA					
1.1	C2201	RETELHAMENTO C/ TELHA CERÂMICA COM 50% NOVA	310,00	M2	57,53	71,91	22.292,10
1.2	C1078	DESCUPINIZAÇÃO C/ MATERIAL INSETICIDA	310,00	M2	13,05	16,31	5.056,10
					SUBTOTAL R\$		27.348,20
2.0	Grupo:	REVESTIMENTOS					
2.1	C1070	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO C/ARGAMASSA	110,00	M2	10,44	13,05	1.435,50
2	C0776	CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP.= 5mm P/ PAREDE	110,00	M2	7,42	9,28	1.020,80
2.3	C3409	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR, TRAÇO 1:4	110,00	M2	39,21	49,01	5.391,10
					SUBTOTAL R\$		7.847,40
3.0	Grupo:	ESQUADRIAS					
3.1	C4428	PORTA TIPO PARANÁ (0,80 x 2,10 m), COMPLETA	4,00	UN	1.073,27	1.341,59	5.366,36
3.2	C4424	PORTA TIPO PARANÁ (0,60 x 2,10 m), COMPLETA	3,00	UN	1.042,77	1.303,46	3.910,38
3.3	C1361	FECHADURA COMPLETA PARA PORTA INTERNA	6,00	UN	145,21	181,51	1.089,06
					SUBTOTAL R\$		10.365,80
4.0	Grupo:	INSTALAÇÕES ELETRICAS					
4.1	CM1666	LUMINÁRIA DE LED COMPLETA LÂMPADA DE 40W	12,00	UN	128,84	161,05	1.932,60
4.2	C1947	PONTO ELÉTRICO, MATERIAL E EXECUÇÃO	8,00	PT	264,15	330,19	2.641,52
					SUBTOTAL R\$		4.574,12
5.0	Grupo:	HINSTALAÇÕES HIDROSANITARIAS					
5.1	C1948	PONTO HIDRÁULICO, MATERIAL E EXECUÇÃO	6,00	PT	256,47	320,59	1.923,54
5.2	C1950	PONTO SANITÁRIO, MATERIAL E EXECUÇÃO	6,00	PT	238,04	297,55	1.785,30
5.3	C0348	BACIA DE LOUÇA BRANCA C/CAIXA ACOPLADA	2,00	UN	661,55	826,94	1.653,88
5.4	C1618	LAVATÓRIO DE LOUÇA BRANCA C/COLUNA, C/ TORNEIRA E ACESSÓRIOS	2,00	UN	667,15	833,94	1.667,88
					SUBTOTAL R\$		7.030,60
6.0	Grupo:	PINTURA					
6.1	C1615	LATEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES INTERNAS S/MASSA	783,00	M2	21,07	26,34	20.624,22
6.2	C1614	LATEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES EXTERNAS S/MASSA	510,40	M2	22,85	28,56	14.577,02
6.3	C1280	ESMALTE DUAS DEMÃOS EM ESQUADRIAS DE MADEIRA	109,56	M2	24,64	30,80	3.374,45
6.4	C1279	ESMALTE DUAS DEMÃOS EM ESQUADRIAS DE FERRO	17,60	M2	44,42	55,53	977,33
					SUBTOTAL R\$		39.553,02
7.0	Grupo:	SERVIÇOS DIVERSOS					
7.1	C3410	CALÇADA DE PROTEÇÃO EM CIMENTADO C/ BASE DE CONCRETO	20,00	M2	294,38	367,98	7.359,60
7.2	C4468	FORRO PVC - LAMBRI (100x6000 OU 200x6000)mm - FORNECIMENTO E MONTAGEM	120,00	M2	69,54	86,93	10.431,60
7.3	C1628	LIMPEZA GERAL	368,00	M2	12,92	16,15	5.943,20
					SUBTOTAL R\$		23.734,40
					TOTAL SIMPLES R\$		120.453,54

Emerson Patrick Alves Martins  
Engenheiro Civil CREA/CE 321456

RNP 061828981-9







PREFEITURA DE MAURITI

OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CRAS SEDE  
LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.

RESUMO DO ORÇAMENTO

ITEM	SERVIÇOS	% TOTAL	TOTAL
001	COBERTA	22,70%	27.348,20
002	REVESTIMENTOS	6,51%	7.847,40
003	ESQUADRIAS	8,61%	10.365,80
004	INSTALAÇÕES ELETRICAS	3,80%	4.574,12
005	HINSTALAÇÕES HIDROSANITARIAS	5,84%	7.030,60
006	PINTURA	32,84%	39.553,02
007	SERVIÇOS DIVERSOS	19,70%	23.734,40
TOTAL GERAL:		100,00%	120.453,54

Emerson Patrick Alves Martins  
Engenheiro Civil CREA/CE 321456  
RNP 06 528981-9



PREFEITURA DE MAURITI



OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CRAS SEDE  
LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.

CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO

ITEM	SERVIÇOS	MÊS 01		MÊS 02		MÊS 03		TOTAL	%
		Valor(R\$)	%	Valor(R\$)	%	Valor(R\$)	%		
001	COBERTA	13.674,10	50,00	13.674,10	50,00	-	-	27.348,20	22,70
002	REVESTIMENTOS	3.923,70	50,00	3.923,70	50,00	-	-	7.847,40	6,51
003	ESQUADRIAS	-	-	10.365,80	100,00	-	-	10.365,80	8,61
004	INSTALAÇÕES ELETRICAS	-	-	4.574,12	100,00	-	-	4.574,12	3,80
005	INSTALAÇÕES HIDROSANITARIAS	-	-	-	-	7.030,60	100,00	7.030,60	5,84
006	PINTURA	-	-	-	-	39.553,02	100,00	39.553,02	32,84
007	SERVIÇOS DIVERSOS	-	-	-	-	23.734,40	100,00	23.734,40	19,70
TOTAL GERAL =		17.597,80	14,61%	32.537,72	27,01%	70.318,02	58,38%	120.453,54	100,00
TOTAL ACUMULADO =		17.597,80	14,61%	50.135,52	41,62%	120.453,54	100,00%		

Emerson Patrick Alves Martins  
Engenheiro Civil CREA/CE 321456  
RNP 061528981-9







PREFEITURA DE MAURITI



OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CRAS SEDE  
LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.

ENCARGOS SEINFRA

ENCARGOS SOCIAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL - TABELA SEINFRA 28.1 COM DESONERAÇÃO

GRUPO A	ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	HORISTA(%)
A1	INSS	
A2	SESI	0,00
A3	SENAI	1,50
A4	INCRA	1,00
A5	SEBRAE	0,20
A6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,60
A7	SEGURO ACIDENTE DE TRABALHO	2,50
A8	FGTS	3,00
A9	SECONCI	8,00
A		0,00
TOTAL DO GRUPO A		16,80

GRUPO B	ENCARGOS SOCIAIS TRABALHISTAS	HORISTA(%)
B1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	
B2	FERIADOS	17,85
B3	AUXÍLIO - ENFERMIDADE	3,71
B4	13º SALÁRIO	0,87
B5	LICENÇA PATERNIDADE	11,03
B6	FALTAS JUSTIFICADAS	0,07
B7	DIAS DE CHUVAS	0,74
B8	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO	1,59
B9	FÉRIAS GOZADAS	0,11
B9	SALÁRIO MATERNIDADE	12,35
B		0,04
TOTAL DO GRUPO B		48,36

GRUPO C	ENCARGOS SOCIAIS INDENIZATÓRIOS	HORISTA(%)
C1	AVISO-PRÉVIO INDENIZADO	
C2	AVISO-PRÉVIO TRABALHADO	5,52
C3	FÉRIAS INDENIZADAS	0,13
C4	DEPÓSITO RECISÃO SEM JUSTA CAUSA	1,72
C5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	2,87
C		0,46
TOTAL GRUPO C		10,70

GRUPO D	INCIDÊNCIAS CUMULATIVAS	HORISTA(%)
D1	REINCIDÊNCIA DO GRUPO A SOBRE GRUPO B	
	REINCIDENCIA DO GRUPO A SOBRE AVISO PREVIO TRABALHADO E REINCIDENCIA	8,12
D2	DO FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO IDENIZADO	0,46
D		
TOTAL DO GRUPO D		8,58

TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS (A + B + C + D) 84,44

Emerson Patrick Alves Martins  
Engenheiro Civil CREA/CE 321456  
RNP 061528931-7





PREFEITURA DE MAURITI



OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CRAS SEDE  
LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.

COMPOSIÇÃO DA TAXA DE BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS - BDI

Fórmula do BDI:

COMPOSIÇÃO DE BDI		
COD	DESCRIÇÃO	%
	<b>Despesas Indiretas</b>	
AC	Administração Central	3,00
DF	Despesas financeiras	1,39
R	Riscos	1,27
	<b>Benefício</b>	
S + G	Garantia/seguros	0,80
L	Lucro	8,30
I	Impostos	7,70
	PIS	0,50
	COFINS	2,00
	ISS	2,50
	CPRB ( 2,70%, Apenas quando tiver desoneração INSS)	2,70
	<b>TOTAL DOS IMPOSTOS</b>	<b>7,70</b>
	<b>BDI =</b>	<b>25,00%</b>

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Emerson Patrick Alves Martins  
Engenheiro Civil CREA/CE 321456  
RNP 061528981-9





**PREFEITURA DE MAURITI**

**OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CRAS SEDE**  
**LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.**

**COMPOSIÇÕES DO ORÇAMENTO**

*Tabela de Referência de Custos: Seinfra-CE 28.1 Com Desoneração*

<b>C2201 - RETELHAMENTO C/ TELHA CERÂMICA COM 50% NOVA - M2</b>					
<b>MAO DE OBRA</b>					
		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
12391	PEDREIRO	H	1,1000	24,1600	26,5760
12543	SERVENTE	H	1,1000	18,4600	20,3060
				Total:	46,8820
<b>MATERIAIS</b>					
12045	TELHA CERÂMICA COLONIAL	UN	15,0000	0,7100	10,6500
				Total:	10,6500
				<b>Total Simples:</b>	<b>57,53</b>
				<b>Encargos Sociais:</b>	<b>INCLUSO</b>
				<b>Valor BDI:</b>	<b>0,00</b>
				<b>Valor Geral:</b>	<b>57,53</b>

<b>C1078 - DESCUPINIZAÇÃO C/ MATERIAL INSETICIDA - M2</b>					
<b>MAO DE OBRA</b>					
		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
10037	AJUDANTE	H	0,4000	19,1000	7,64
				Total:	7,64
<b>MATERIAIS</b>					
11251	CUPINICIDA TIPO "JINO CUPIM" E "PENETROL"	L	0,2000	27,0600	5,41
				Total:	5,41
				<b>Total Simples:</b>	<b>13,05</b>
				<b>Encargos Sociais:</b>	<b>INCLUSO</b>
				<b>Valor BDI:</b>	<b>-</b>
				<b>Valor Geral:</b>	<b>13,05</b>

<b>C1070 - DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO C/ARGAMASSA - M2</b>					
<b>MAO DE OBRA</b>					
		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
12391	PEDREIRO	H	0,0500	24,1600	1,2080
12543	SERVENTE	H	0,5000	18,4600	9,2300
				Total:	10,4380
				<b>Total Simples:</b>	<b>10,44</b>
				<b>Encargos Sociais:</b>	<b>INCLUSO</b>
				<b>Valor BDI:</b>	<b>0,00</b>
				<b>Valor Geral:</b>	<b>10,44</b>

  
Emerson Patrick Alves Martins  
Engenheiro Civil CREA/CE 321456  
RNP 061528981-9





PREFEITURA DE MAURITI

OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CRAS SEDE  
LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.

COMPOSIÇÕES DO ORÇAMENTO

Tabela de Referência de Custos: Seinfra-CE 28.1 Com Desoneração

6.1. C0776 CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP.= 5mm PI PAREDE (M2)						
Material		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I0109	AREIA MEDIA	SEINFRA	M3	0,0061	83,58	0,5098
I0805	CIMENTO PORTLAND	SEINFRA	KG	2,4300	0,71	1,7253
TOTAL Material:						2,2351
Mão de Obra		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I2391	PEDREIRO	SEINFRA	H	0,1000	24,16	2,4160
I2543	SERVENTE	SEINFRA	H	0,1500	18,46	2,7690
TOTAL Mão de Obra:						5,1850
VALOR:						7,4200

C3409 - REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR, TRAÇO 1:4 - M2					
MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
I2391	PEDREIRO	H	0,6000	24,1600	14,50
I2543	SERVENTE	H	0,6000	18,4600	11,08
				Total:	25,57
SERVIÇOS					
C0171	ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PEN. TRAÇO 1:4	M3	0,0250	545,3833	13,63
				Total:	13,63
Total Simples:					39,21
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					-
Valor Geral:					39,21

Emerson Patrick Alves Martins  
Engenheiro Civil CREA/CE 321454  
RNP 061523981-2





PREFEITURA DE MAURITI

OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CRAS SEDE  
LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.

COMPOSIÇÕES DO ORÇAMENTO

Tabela de Referência de Custos: Seinfra-CE 28.1 Com Desoneração

8.2. C4424 PORTA TIPO PARANÁ (0,60 x 2,10 m), COMPLETA (UN)						
Serviço		Fonte	Unid	Coefficiente	Preço Unitário	Total
C4422	ALIZAR DE MADEIRA L= 5 cm (1 FACE)	SEINFRA	CJ	2,0000	46,95	93,9000
C4421	FORRAMENTO DE MADEIRA L = 15 cm	SEINFRA	CJ	1,0000	586,20	586,2000
C4423	PORTA TIPO PARANÁ (0,60 x 2,10 m), C/ FERRAGENS	SEINFRA	UN	1,0000	362,67	362,6700
TOTAL Serviço:						1.042,7700
VALOR:						1.042,7700

8.3. C4428 PORTA TIPO PARANÁ (0,80 x 2,10 m), COMPLETA (UN)						
Serviço		Fonte	Unid	Coefficiente	Preço Unitário	Total
C4422	ALIZAR DE MADEIRA L= 5 cm (1 FACE)	SEINFRA	CJ	2,0000	46,95	93,9000
C4421	FORRAMENTO DE MADEIRA L = 15 cm	SEINFRA	CJ	1,0000	586,20	586,2000
C4427	PORTA TIPO PARANÁ (0,80 x 2,10 m), C/ FERRAGENS	SEINFRA	UN	1,0000	393,17	393,1700
TOTAL Serviço:						1.073,2700
VALOR:						1.073,2700

C1361 - FECHADURA COMPLETA PARA PORTA INTERNA - UN					
MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
10041	AJUDANTE DE CARPINTEIRO	H	2,0000	19,1000	38,20
10498	CARPINTEIRO	H	2,0000	24,1600	48,32
Total:					86,52
MATERIAIS					
11155	FECHADURA COMPLETA PARA PORTA INTERNA	UN	1,0000	58,6900	58,69
Total:					58,69
Total Simples:					145,21
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					-
Valor Geral:					145,21

Emerson Patrick Alves Martins  
Engenheiro Civil CREA/CE 321456  
RNP 061528921-2





**PREFEITURA DE MAURITI**

OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CRAS SEDE  
LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.

**COMPOSIÇÕES DO ORÇAMENTO**

*Tabela de Referência de Custos: Seinfra-CE 28.1 Com Desoneração*

**9.7. CM1666 LUMINÁRIA LED COMPLETA C/ LÂMPADA DE 40W (UN)**

Material		Fonte	Unid	Coeficiente	Preço Unitário	Total
I1364	LUMINARIA FLUORESCENTE 2X40W COMPLETA COM LAMPADA	SEINFRA	UN	1,0000	81,26	81,2600
TOTAL Material:						81,2600
Mão de Obra		Fonte	Unid	Coeficiente	Preço Unitário	Total
I0042	AJUDANTE DE ELETRICISTA	SEINFRA	H	1,1000	19,10	21,0100
I2312	ELETRICISTA	SEINFRA	H	1,1000	24,15	26,5650
TOTAL Mão de Obra:						47,5750
VALOR:						128,8400

**C1947 - PONTO ELÉTRICO, MATERIAL E EXECUÇÃO - PT**

MAO DE OBRA		Unidade	Coeficiente	Preço	Total
I0042	AJUDANTE DE ELETRICISTA	H	3,0000	19,1000	57,30
I2312	ELETRICISTA	H	3,0000	24,1500	72,45
I2543	SERVENTE	H	2,5000	18,4600	46,15
				Total:	175,90
MATERIAIS					
I0356	CABO ISOLADO PVC 750V 2,5 MM2	M	12,0000	2,1100	25,32
I0419	CAIXA ESTAMPADA 3"X3", 4"X2", 4"X4" - CHAPA 18	UN	1,0000	1,9300	1,93
I0428	CAIXA PASSAG. CHAPA C/TAMPA PARAF. 100X100X80MM	UN	1,0000	11,2000	11,20
I0957	CURVA DE PVC RIGIDO PARA ELETRODUTO DE 3/4"	UN	1,0000	2,7300	2,73
I0981	DISJUNTOR MONOPOLAR 16A	UN	0,1000	11,0900	1,11
I1075	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO 3/4"	M	3,0000	4,5700	13,71
I1105	ESPELHO 4"X2" OU 3"X3"	UN	1,0000	2,9000	2,90
I1181	FITA ISOLANTE	M	3,0000	0,7500	2,25
I1262	INTERRUPTOR 2 TECLAS PARALELO 1 TOMADA 2POLOS	UN	1,0000	24,7400	24,74
I1409	LUVA DE PVC RIGIDO PARA ELETRODUTO 3/4"	UN	2,0000	1,1800	2,36
				Total:	88,25
				Total Simples:	264,15
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	-
				Valor Geral:	264,15

Emerson Patrick Alves Martins  
Engenheiro Civil CREA/CE 321456  
RNP 041523931-7





PREFEITURA DE MAURITI

OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CRAS SEDE  
LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.

COMPOSIÇÕES DO ORÇAMENTO

Tabela de Referência de Custos: Seinfra-CE 28.1 Com Desoneração

10.1. C0348 BACIA DE LOUÇA BRANCA C/CAIXA ACOPLADA (UN)						
Material		Fonte	Unid	Coeficiente	Preço Unitário	Total
I0171	BACIA LOUÇA BRANCA PARA CAIXA ACOPLADA	SEINFRA	UN	1,0000	237,24	237,2400
I0406	CAIXA ACOPLADA DE LOUÇA BRANCA PARA BACIA	SEINFRA	UN	1,0000	260,63	260,6300
I1091	ENGATE CROMADO	SEINFRA	UN	1,0000	22,59	22,5900
I1180	FITA DE VEDAÇÃO	SEINFRA	M	0,5600	0,36	0,2016
I1579	PARAFUSO CROMADO P/FIXAÇÃO SANITARIOS, INCLUSIVE PORCA CEGA, ARRUELA E BUCHA DE NYLON	SEINFRA	UN	2,0000	9,40	18,8000
I1925	TAMPA PLASTICA PARA BACIA	SEINFRA	UN	1,0000	36,93	36,9300
TOTAL Material:						576,3916
Mão de Obra		Fonte	Unid	Coeficiente	Preço Unitário	Total
I0043	AJUDANTE DE ENCANADOR	SEINFRA	H	2,0000	19,10	38,2000
I2320	ENCANADOR	SEINFRA	H	2,0000	23,48	46,9600
TOTAL Mão de Obra:						85,1600
VALOR:						661,5500

Emerson Patrick Alves Martins  
Engenheiro Civil CREA/CE 321456  
RNP 041528981-9





PREFEITURA DE MAURITI

OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CRAS SEDE

LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.

COMPOSIÇÕES DO ORÇAMENTO

Tabela de Referência de Custos: Seinfra-CE 28.1 Com Desoneração

C1618 - LAVATÓRIO DE LOUÇA BRANCA C/COLUNA, C/ TORNEIRA E ACESSÓRIOS					
Preço Adotado: 667,1500				Unid: UN	
Código	Descrição	Unidade	Coefficiente	Preço	Total
MAO DE OBRA					
I2320	ENCANADOR	H	3,3000	23,4800	77,48
I0043	AJUDANTE DE ENCANADOR	H	3,3000	19,1000	63,03
TOTAL MAO DE OBRA					140,51
MATERIAIS					
I2132	TORNEIRA DE PRESSÃO CROMADA P/LAVATORIO 1/2'	UN	1,0000	98,6600	98,66
I1864	SIFÃO METALICO TIPO COPO DN 1"X1 1/2"	UN	1,0000	164,5800	164,58
I1091	ENGATE CROMADO	UN	2,0000	22,5900	45,18
I1180	FITA DE VEDAÇÃO	M	1,1200	0,3600	0,40
I1579	PARAFUSO CROMADO P/FIXAÇÃO SANITARIOS, INCLUSIVE PORCA CEGA, ARRUELA E BUCHA DE NYLON	UN	2,0000	9,4000	18,80
I1343	LAVATÓRIO DE LOUÇA BRANCA COM COLUNA	UN	1,0000	199,0100	199,01
TOTAL MATERIAIS					526,63
Total Simples					667,15
Encargos					INCLUSOS
BDI					-
TOTAL GERAL					667,15

Emerson Patrick Alves Martins  
Engenheiro Civil CREA/CE 321456  
RNP 0615289217







PREFEITURA DE MAURITI

OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CRAS SEDE

LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.

COMPOSIÇÕES DO ORÇAMENTO

Tabela de Referência de Custos: Seinfra-CE 28.1 Com Desoneração

10.3. C1948 PONTO HIDRÁULICO, MATERIAL E EXECUÇÃO (PT)						
Material		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I0108	AREIA GROSSA	SEINFRA	M3	0,0035	119,58	0,4185
I0441	CAL HIDRATADA	SEINFRA	KG	2,5000	0,96	2,4000
I0805	CIMENTO PORTLAND	SEINFRA	KG	2,5000	0,71	1,7750
I0884	COTOVELO PVC SOLDAVEL DE 25MM	SEINFRA	UN	2,0000	0,79	1,5800
I0885	COTOVELO PVC SOLDAVEL DE 32MM	SEINFRA	UN	4,0000	2,65	10,6000
I1293	JOELHO PVC ROSCAVEL DE 1"	SEINFRA	UN	1,0000	5,94	5,9400
I1412	LUVA PVC SOLDAVEL DE 32MM	SEINFRA	UN	2,0000	2,18	4,3600
I1426	LUVA REDUÇÃO PVC SOLDAVEL DE 32X25MM	SEINFRA	UN	1,0000	3,39	3,3900
I1973	TE PVC SOLDAVEL 32MM	SEINFRA	UN	1,0000	4,12	4,1200
I2200	TUBO PVC SOLDÁVEL DE 25MM (3/4")	SEINFRA	M	1,2000	4,33	5,1960
I2201	TUBO PVC SOLDÁVEL DE 32MM (1")	SEINFRA	M	5,0000	8,56	42,8000
TOTAL Material:						82,5795
Mão de Obra		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I0043	AJUDANTE DE ENCANADOR	SEINFRA	H	3,0000	19,10	57,3000
I2320	ENCANADOR	SEINFRA	H	3,0000	23,48	70,4400
I2543	SERVENTE	SEINFRA	H	2,5000	18,46	46,1500
TOTAL Mão de Obra:						173,8900
VALOR:						256,47

Emerson Patrick Alves Martins  
Engenheiro Civil CREA/CE 321456  
RNP 061526931-9





PREFEITURA DE MAURITI

OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CRAS SEDE

LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.

COMPOSIÇÕES DO ORÇAMENTO

Tabela de Referência de Custos: Seinfra-CE 28.1 Com Desoneração

10.4. C1950 PONTO SANITÁRIO, MATERIAL E EXECUÇÃO (PT)

Material		Fonte	Unid	Coeficiente	Preço Unitário	Total
I0108	AREIA GROSSA	SEINFRA	M3	0,0040	119,58	0,4783
I0441	CAL HIDRATADA	SEINFRA	KG	3,0000	0,96	2,8800
I0805	CIMENTO PORTLAND	SEINFRA	KG	3,0000	0,71	2,1300
I1283	JOELHO PVC PARA ESGOTO DE 40MM	SEINFRA	UN	2,0000	2,36	4,7200
I1284	JOELHO PVC PARA ESGOTO DE 50MM	SEINFRA	UN	1,0000	3,25	3,2500
I1282	JOELHO PVC PARA ESGOTO DE 100MM	SEINFRA	UN	1,0000	8,82	8,8200
I2013	TE PVC PARA ESGOTO DE 40MM (1 1/2")	SEINFRA	UN	1,0000	3,93	3,9300
I2012	TE PVC PARA ESGOTO DE 100MM (4")	SEINFRA	UN	1,0000	16,98	16,9800
I2193	TUBO PVC ESGOTO DE 100MM (4") - (NBR 5688)	SEINFRA	M	0,3300	15,82	5,2206
I2194	TUBO PVC ESGOTO DE 40MM (1 1/2") - (NBR 5688)	SEINFRA	M	1,5000	6,91	10,3650
I2195	TUBO PVC ESGOTO DE 50MM (2") - (NBR 5688)	SEINFRA	M	0,5000	10,75	5,3750
TOTAL Material:						64,1489
Mão de Obra		Fonte	Unid	Coeficiente	Preço Unitário	Total
I0043	AJUDANTE DE ENCANADOR	SEINFRA	H	3,0000	19,10	57,3000
I2320	ENCANADOR	SEINFRA	H	3,0000	23,48	70,4400
I2543	SERVENTE	SEINFRA	H	2,5000	18,46	46,1500
TOTAL Mão de Obra:						173,8900
VALOR:						238,04

Emerson Patrick Alves Martins  
Engenheiro Civil CREA/CE 321456  
RNP 061528981-9







PREFEITURA DE MAURITI

OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CRAS SEDE  
LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.

COMPOSIÇÕES DO ORÇAMENTO

Tabela de Referência de Custos: Seinfra-CE 28.1 Com Desoneração

11.2. C1614 LATEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES EXTERNAS S/MASSA (M2)

Material		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I0035	AGUARRÁS MINERAL	SEINFRA	L	0,0500	20,29	1,0145
I1488	LÍQUIDO PREPARADOR DE SUPERFÍCIES	SEINFRA	L	0,1200	12,78	1,5336
I1347	LIXA PARA MADEIRA/MASSA	SEINFRA	UN	0,2500	0,70	0,1750
I2097	TINTA LATEX ACRÍLICA	SEINFRA	L	0,1700	22,20	3,7740
TOTAL Material:						6,4971
Mão de Obra		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I0045	AJUDANTE DE PINTOR	SEINFRA	H	0,3500	19,10	6,6850
I2395	PINTOR	SEINFRA	H	0,4000	24,16	9,6640
TOTAL Mão de Obra:						16,3490
VALOR:						22,85

C1615 LATEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES INTERNAS S/MASSA (M2)

Material		UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I1490	LÍQUIDO SELADOR PARA PINTURA LATEX	L	0,1200	12,0800	1,45
I1347	LIXA PARA MADEIRA/MASSA	UN	0,2500	0,7000	0,18
I2096	TINTA LATEX	L	0,1700	18,2200	3,10
TOTAL Material:					4,72
Mão de Obra		UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I0045	AJUDANTE DE PINTOR	H	0,3500	19,1000	6,69
I2395	PINTOR	H	0,4000	24,1600	9,66
TOTAL Mão de Obra:					16,35
VALOR:					21,07

Emerson Patrick Alves Martins  
Engenheiro Civil CREA/CE 321456  
RNP 061525981-9



PREFEITURA DE MAURITI

OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CRAS SEDE

LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.

COMPOSIÇÕES DO ORÇAMENTO

Tabela de Referência de Custos: Seinfra-CE 28.1 Com Desoneração

C1280 - ESMALTE DUAS DEMÃOS EM ESQUADRIAS DE MADEIRA - M2					
MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
I0045	AJUDANTE DE PINTOR	H	0,3500	19,1000	6,69
I2395	PINTOR	H	0,4000	24,1600	9,66
				Total:	16,35
MATERIAIS					
I0035	AGUARRÁS MINERAL	L	0,0400	20,2900	0,81
I1100	ESMALTE SINTETICO	L	0,1600	31,8800	5,10
I1199	FUNDO BRANCO FOSCO NIVELADOR P/ MADEIRAS	L	0,1300	16,1800	2,10
I1347	LIXA PARA MADEIRA/MASSA	UN	0,4000	0,7000	0,28
				Total:	8,30
				Total Simples:	24,64
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	-
				Valor Geral:	24,64

C1279 - ESMALTE DUAS DEMÃOS EM ESQUADRIAS DE FERRO - M2					
MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
I0045	AJUDANTE DE PINTOR	H	0,8000	19,1000	15,28
I2395	PINTOR	H	0,8000	24,1600	19,33
				Total:	34,61
MATERIAIS					
I0035	AGUARRÁS MINERAL	L	0,0300	20,2900	0,61
I1100	ESMALTE SINTETICO	L	0,1600	31,8800	5,10
I1346	LIXA PARA FERRO	UN	0,3000	2,1400	0,64
I2293	ZARCÃO	L	0,1200	28,8100	3,46
				Total:	9,81
				Total Simples:	44,42
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	-
				Valor Geral:	44,42

Emerson Patrick Alves Martins  
Engenheiro Civil CREA/CE 321456  
RNP 061528981-9







PREFEITURA DE MAURITI

OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CRAS SEDE  
LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.

COMPOSIÇÕES DO ORÇAMENTO

Tabela de Referência de Custos: Seinfra-CE 28.1 Com Desoneração

C3410 - CALÇADA DE PROTEÇÃO EM CIMENTADO C/ BASE DE CONCRETO - M2					
SERVIÇOS		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
C0055	ALVENARIA DE EMBASAMENTO DE TIJOLO COMUM, C/ARGAMASSA MISTA	M3	0,1800	833,8916	150,1005
C1213	EMBOÇO C/ ARGAMASSA MISTA DE CIMENTO, CAL HIDRATADA E AREIA	M2	0,5200	36,7058	19,0870
C1609	LASTRO DE CONCRETO INCLUINDO PREPARO E LANÇAMENTO	M3	0,0700	646,4578	45,2520
C1915	PISO CIMENTADO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR, TRACO	M2	1,0000	50,8010	50,8010
C2121	REBOCO C/ARGAMASSA DE CAL EM PASTA E AREIA PENEIRADA TRACO 1:3	M2	0,5200	26,1194	13,5821
C2784	ESCAVAÇÃO MANUAL SOLO DE 1A.CAT. PROF. ATÉ 1.50m	M3	0,1200	48,9190	5,8703
C2898	PINTURA HIDRACOR	M2	0,5200	11,3963	5,9261
C2921	REATERRO C/COMPACTAÇÃO MANUAL S/CONTROLE, MATERIAL DA VALA	M3	0,1200	31,3820	3,7658
Total:					294,3848
Total Simples:					294,38
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					0,00
Valor Geral:					294,38

C4468 - FORRO PVC - LAMBRI (100x6000 OU 200x6000)mm - FORNECIMENTO E MONTAGEM - M2					
MATERIAIS		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
I8293	FORRO PVC - LAMBRI (100x6000 OU 200x6000)mm. DE 8MM A 10MM.	M2	1,0000	69,5400	69,5400
Total:					69,5400
Total Simples:					69,54
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					0,00
Valor Geral:					69,54

Emerson Patrick Alves Martins  
Engenheiro Civil CREA/CE 321456  
RNP 0615289317





# PREFEITURA DE MAURITI

OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO GRAS SEDE  
LOCAL: SEDE DO MUNICIPIO DE MAURITI - CEARÁ.

## COMPOSIÇÕES DO ORÇAMENTO

Tabela de Referência de Custos: Seinfra-CE 28.1 Com Desoneração



C1628 - LIMPEZA GERAL					
Preço Adotado: 12,9200					
					Unid: M2
Código	Descrição	Unidade	Coeficiente	Preço	Total
MAO DE OBRA					
12543	SERVENTE	H	0,7000	18,4600	12,92
TOTAL MAO DE OBRA					12,92
Total Simples					12,92
Encargos					INCLUSOS
BDI					-
TOTAL GERAL					12,92

Emerson Patrick Alves Martins  
Engenheiro Civil CREA/CE 321456  
RNP 961528931-7









**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI**  
Secretaria Municipal de Proteção Social e do  
Trabalho



**ANEXO II – MINUTA DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI-CE.**

Ao Setor de Licitação

Razão Social:

CNPJ nº:

Endereço:

Fone:

Representante:

Cargo:

E-mail:

Tel:

Prezados(as) Senhores(as),

Apresentamos a V. Sas., nossa proposta para o objeto da Dispensa de Licitação nº. \_\_\_\_\_, com o  
PREÇO GLOBAL de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**OBJETO:** \_\_\_\_\_.

**Prazo de Execução:** Conforme Termo de Referência.

**A proposta terá validade por 60 (sessenta) dias.**

**Obs.: Anexar planilha orçamentária/cronograma/composições conforme Projeto Básico (Anexo II)**

\_\_\_\_\_/CE, XX de XXXXXXXXXXXX de 20\_\_\_\_.

-----  
Responsável Legal



**PREFEITURA**  
**MAURITI**  
Mais trabalho. Futuro melhor!

Rua José Leite da Costa - Centro - CEP: 63.210-000 - Mauriti - Ceará  
CNPJ: 30.652.637/0001-92

"O USO DE DROGAS PREJUDICA A SAÚDE E DESTRÓI A FAMÍLIA"







**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI**  
**Secretaria Municipal de Proteção Social e do Trabalho**



**ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_\_**

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI/CE, ATRAVÉS DA \_\_\_\_\_, COM A EMPRESA \_\_\_\_\_, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI/CE**, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Senhor Martins, s/nº, Bairro Bela Vista, Mauriti/CE – CEP: 63.210-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.655.269/0001-55, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE \_\_\_\_\_**, neste ato representa pelo sua ordenadora de Despesas, Sra. Cláudia Fernanda Moreira, doravante denominada de **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa, \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com endereço \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, telefone: \_\_\_\_\_, representada pelo(a) Sr.(a). \_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada de **CONTRATADA**, ao fim assinado, de acordo com o **AVISO de DISPENSA ELETRÔNICA \_\_\_\_\_/DE**, tem entre si justa e contratada, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e suas alterações, pela legislação complementar, sujeitando-se os contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

**CLAÚSULA PRIMEIRA – DO OBJETO** (Art.92, inc. I, Lei nº 14.133/2021)

1.1. O presente contrato tem por objeto a \_\_\_\_\_, conforme proposta de preços da CONTRATADA, parte integrante deste processo.

**CLAÚSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL** (art. 92, inciso II e III da Lei nº 14.133/2021)

2.1. Fundamenta-se este contrato, na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 80/2023 e na proposta de preços da CONTRATADA.

**CLAÚSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO, VALOR, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO DE PREÇOS** (Art.92, inc. IV e V, Lei nº 14.133/2021)

3.1. Os serviços executados, deverão ser entregues de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, conforme solicitação da Secretaria Contratante.

3.2. O valor total da contratação é de **R\$ \_\_\_\_\_** (\_\_\_\_\_).

3.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.4. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

3.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

3.6. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, após o **recebimento definitivo dos serviços executados**, de acordo com o Termo de Referência, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais, FGTS e Trabalhistas, todas atualizadas, e de acordo com as condições constantes na proposta da CONTRATADA e aceitas pela Secretaria Contratante.

3.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.



**PREFEITURA**  
**MAURITI**  
Mais trabalho. Futuro melhor!

Rua José Leite da Costa – Centro – CEP: 63.210-000 – Mauriti – Ceará  
CNPJ: 30.052.637/0001-92

“O USO DE DROGAS PREJUDICA A SAÚDE E DESTRÓI A FAMÍLIA”







**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI**  
**Secretaria Municipal de Proteção Social e do Trabalho**



No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

3.3. O valor do presente Contrato **não será objeto de reajuste** antes de decorridos **12 (doze) meses** do seu registro, hipótese na qual poderá ser utilizado o Índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

3.4. REEQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisos, ou previsíveis porem de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 124, II, "d" da Lei Federal n.º 14.133/21.

**CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO, VIGÊNCIA DO CONTRATO, DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO** (Art.92, inc. VII, Lei nº 14.133/2021)

4.1. O prazo de execução dos serviços, será de no máximo 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da Ordem de Serviços por parte da empresa vencedora, podendo haver dilatações de prazos a pedido da empresa;

4.1.1. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do contratado, protocolado antes do vencimento do prazo inicialmente estipulado e aceito pela Administração;

4.2. O prazo de vigência da contratação é **de 120 (cento e vinte) dias**, contados da data de assinatura da Ordem de Serviços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. Caberá ao setor responsável pelo recebimento dos serviços, monitorar o prazo de execução e, se assim entender, notificar a empresa sobre a proximidade de encerramento do prazo de execução;

4.4. No caso de constatação da inadequação dos serviços fornecidos às normas e exigências especificadas no termo de referência e na proposta de preços vencedora a Administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento;

4.5. Os serviços licitados deverão ser entregues, observando rigorosamente as condições contidas no termo de referência e disposições constantes da proposta de preços, bem ainda às normas vigentes, assumindo o contratado a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

a) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

b) Indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do fornecimento. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

c) A execução dos serviços deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços da Secretaria de Educação do Município de Mauriti/CE.

**4.6. Critério de Aceitação dos Serviços:**

4.6.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

4.6.2. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;



**PREFEITURA**  
**MAURITI**  
Mais trabalho. Futuro melhor!

Rua José Leite da Costa - Centro - CEP: 63.210-000 - Mauriti - Ceará  
CNPJ: 30.052.637/0001-92

“O USO DE DROGAS PREJUDICA A SAÚDE E DESTRÓI A FAMÍLIA”







**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI**  
**Secretaria Municipal de Proteção Social e do Trabalho**



4.6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.7. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

4.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.9. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

4.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** (Art.92, inc. VIII, Lei nº 14.133/2021)

5.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da **Dotação Orçamentária:** \_\_\_\_\_; **Elemento de Despesas:** \_\_\_\_\_; **Fonte de Recursos:** \_\_\_\_\_

**CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL** (Art.92, inc. XII Lei nº 14.133/2021)

6.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE** (Art. 92, X, XI e XIV)

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

7.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

7.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO** (Art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;

8.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



**PREFEITURA**  
**MAURITI**  
Mais trabalho. Futuro melhor!

Rua José Joffe da Costa - Centro - CEP: 63.210-000 - Mauriti - Ceará  
CNPJ: 30.052.637/0001-92

“O USO DE DROGAS PREJUDICA A SAÚDE E DESTRÓI A FAMÍLIA”







**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI**  
**Secretaria Municipal de Proteção Social e do Trabalho**



- 8.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 8.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 8.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 8.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz;
- 8.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 8.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 8.15. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 8.16. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 8.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** (Art.92, inc. XIV Lei nº 14.133/2021)

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
  - i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
  - m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);







**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI**  
**Secretaria Municipal de Proteção Social e do Trabalho**



ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

iv) **Multa:**

(1) moratória de 1,0% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dias) dias;

(2) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

(a) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º da Lei n. 14.133/21)

9.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

9.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei n. 14.133/21)

9.5.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei n. 14.133/21).

9.5.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (tinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n. 14.133/21):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

9.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

9.10. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no







Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

9.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL** (Art.92, inc. XIX, Lei nº 14.133/2021)

10.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

10.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

10.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

10.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

10.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.3.3. Indenizações e multas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES**

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Procuradoria Jurídica do MUNICÍPIO, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO**

12.1. Incumbirá a contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1. Para todos os fins de direito, prevalecerão as cláusulas expressamente previstas neste **Contrato**, sobre as previsões inseridas no Aviso de Contratação ou na Proposta da **CONTRATADA**, tendo-se este como resultado da negociação havida entre as partes e do acordo firmado pelas mesmas.







**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI**  
**Secretaria Municipal de Proteção Social e do Trabalho**



13.2. Os casos omissos neste **Contrato** serão analisados e resolvidos pela aplicação de normas pertinentes às Licitações e Contratos, Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações.

13.3. É vedada a transferência do **Contrato** a terceiros, no todo ou em parte, devendo a **CONTRATADA** cumprir rigorosamente todas as condições e cláusulas constantes, sendo admitidas a sua transformação, fusão, cisão ou incorporação, desde que a execução do **Contrato** não seja prejudicada e sejam mantidas as condições de habilitação.

13.4. Fica designado como Fiscal deste Contrato, nos termos do Art. 117, da Lei nº 14.133./21, o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, Portaria nº \_\_\_\_\_, CPF Nº \_\_\_\_\_, o qual deverá exercer em toda sua plenitude a ação de que trata a Lei nº 14.133/21, alterada e consolidada.

13.5. Caberá ao servidor designado rejeitar totalmente ou em parte, qualquer bem que não esteja de acordo com as exigências, ou aquele que não seja comprovadamente original e novo, assim considerado de primeiro uso, bem como, determinar prazo para substituição dos equipamentos/materiais/serviços fora de especificação.

13.6. A presença da fiscalização do servidor designado, não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO** (art. 92, §1º, Lei nº 14.133/21)

14.1. Fica eleito o foro da Comarca de Mauriti, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acertados, as partes firmam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias para que possa produzir os efeitos legais.

Mauriti-CE, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
**ORDENADORA DE DESPESAS DA SECRETÁRIA DE  
PROTEÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO**  
**CONTRATANTE**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
**REPRESENTANTE**  
**CONTRATADO**



**PREFEITURA**  
**MAURITI**  
Mais trabalho. Futuro melhor!

Rua José Leite da Costa - Centro - CEP: 63.210-000 - Mauriti - Ceará  
CNPJ: 30.052.637/0001-92

"O USO DE DROGAS PREJUDICA A SAÚDE E DESTRÓI A FAMÍLIA"





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI**  
**Secretaria de Proteção Social e do Trabalho**



**Ofício nº 2026.04.09.04 - SPTS**

**Mauriti/CE, 09 de abril de 2026.**

Ao  
Setor de Contabilidade


Assunto: Autorização de Liquidação

Considerando os serviços para realizar assessoria técnica qualificada no acompanhamento de projetos para aquisição de produtos da agricultura familiar no programa de aquisição de alimentos - PAA, referente ao contrato nº: 2026.03.10.01/SPST, celebrado entre a Secretaria de Proteção Social e do Trabalho e FRANCISCO FELIPE DE SOUSA ALVES.

Vimos pelo presente autorizar a Vossa Senhoria a liquidação, referente a março/2026, que segue conforme especificações abaixo:

<b>NF Nº</b>	11730/2026
<b>VALOR</b>	R\$ 2.500,00
<b>NOME</b>	Francisco Felipe de Sousa Alves
<b>CPF</b>	028.935.613-06

Atenciosamente,

  
\_\_\_\_\_  
Cláudia Fernanda Moreira  
Secretária  
Portaria de Nomeação nº 04/2024

